**PREGÃO ELETRÔNICO**

***FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019-COGIC**

(Processo Administrativo n.°25389.100006/2019-18)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos campi, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, da Instrução Normativa SEGES/MDPG nº 05, de 26 de maio de 2017, DA Instrução Normativa SEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto-Lei nº 5.452- CLT, de 01/05/1943, Decreto nº 9.450, de 24/07/2018, RDC nº 222/2018 ANVISA, Lei nº 12.305/10, Lei nº 11.105, Resolução CONAMA 358/05, Resolução CONAMA 316/02, ANTT 420/2004, Decreto nº 96.044, 1988 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 20/02/2019

Horário: **10:00h (horário de Brasília-DF)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Valor estimado: **R$ 756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil).**

1. DO OBJETO
   1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de tratamento térmico por incineração/cremação e destinação final de resíduos de serviço de saúde grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 (peças anatômicas – membros, do ser humano) através de fornecimento de embalagem, coleta externa e transporte externo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. A licitação terá item único.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: COGIC - 254462

Fonte: 06151000000

Programa de Trabalho: 10122211520000033

Elemento de Despesa: 339039

1. DO CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. Para iniciar o procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
   6. Para efeito de credenciamento, deverá ser observado o disposto no art. 9 da IN SEGES nº 03/2018.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no inciso I do artigo 21 da IN SEGES nº 3, de 2018.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
   3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
3. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. Valor total anual do item;
      2. Descrição detalhada do objeto.
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
      1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
      2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017)
   9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
   10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
4. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como pessoalmente, meio telefônico ou e-mail.
   3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/anual do item.
   7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
   9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
   16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
       1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
   5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
   6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 120 (cento e vinte) minutos e máximo de 180 (cento e oitenta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
       1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
6. DA HABILITAÇÃO
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
      1. SICAF;
      2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
      3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
      4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
   2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
   3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
   4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:
   5. **Habilitação jurídica**:
      1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
      2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
      3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
      4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
      5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
      6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
      8. Para efeito de habilitação neste certame, deverá ser observado o disposto nos arts. 21, incisos II ao VI, 3, 28 e 29 e seus parágrafos, todos da IN SEGES nº 03/2018.
      9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
   6. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
      2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
      3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
      5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
      7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
      8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   7. **Qualificação Econômico-Financeira**:
      1. certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
         1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivale a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
   8. **As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:**
      1. Comprovação de que as instalações para a execução do tratamento térmico por incineração, bem como para destinação final são no Estado do Rio de Janeiro, em um raio de até 50 (cinquenta) km da cidade do Rio de Janeiro e que as mesmas estão licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e com a Resolução nº 316, de 29/10/2002 do CONAMA.

8.8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho na prestação de serviços continuados de tratamento térmico por incineração/cremação de serviço de saúde grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; com destinação final de resíduos, segundo a RDC nº 222/2018 da ANVISA, em conformidades com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes para tal registro, nos termos do subitem 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

8.8.2.1. O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a FIOCRUZ possa valer-se para manter contato com a empresa declarante. A FIOCRUZ se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

* + - 1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
      2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
      3. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, nos termos do subitem 10.7, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
      4. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, serão aceitos diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação, nos termos do subitem 10.9, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
      5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, nos termos do subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
    1. .Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), que comprove atividade relacionada com o objeto solicitado e a indicação de seus(s) responsáveis e do corpo técnico da empresa, com a definição de suas áreas de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 1º da Resolução n.º 266/79 do CONFEA;
    2. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela FIOCRUZ, por ocasião de sua utilização na contratação e sempre que necessário;
    3. Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRQ da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços.
    4. Todo e qualquer serviço será executado por profissionais habilitados, com certificado de registro da entidade de categoria de classe, com Atestado e CAT averbado de projeto/serviço de igual natureza ao do serviço a ser realizado e para a empresa na forma da resolução 1025/2009 – CONFEA.
    5. Os Responsáveis Técnicos (RT) e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta.
    6. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio; Diretor; Empregado; responsável técnico; profissional contratado;
    7. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:
       1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
       2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
       3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor.
       4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CRQ do Estado do Rio de Janeiro, onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

1. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
3. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
4. Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional detentor do(s) Atestado(s) apresentado(s).
   * + 1. Profissional Contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício.
     1. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.
     2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993.
     3. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.
     4. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.
     5. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.
     6. Apresentar cópia controlada do procedimento interno para atendimento a emergências ambientais que mostre o sistema adotado em caso de acidente durante a incineração e/ou transporte dos resíduos.
     7. Apresentar especificação técnica dos equipamentos para o procedimento de incineração, compatível com as dimensões das embalagens utilizadas no acondicionamento dos resíduos para o tratamento térmico da totalidade do conjunto ou embalagem/resíduo.
     8. Apresentar Licença de Operação para a atividade de incineração de resíduos de serviço de saúde e carcaças de animais e sua destinação final, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente INEA e da empresa subcontratada para o transporte, se for o caso.
     9. Apresentar Licença de Operação para a atividade de transporte de resíduos, Classe I e II dos veículos utilizados, emitida pelo órgão ambiental estadual competente;
     10. Possuir Cadastro Técnico da Licitante junto Instituto Estadual do Ambiente INEA e apresentar comprovante da taxa de Controle e Fiscalização TCFARJ trimestralmente, conforme Lei nº 10.165/ 2000;
     11. Apresentar Certidão Negativa de Débitos emitida pelo IBAMA – Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 18 de setembro de 2003;
     12. Apresentar Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais de acordo com Instrução Normativa IBAMA nº. 31 de 03/12/2009, Instrução Normativa IBAMA nº. 06 de 15/03/2013 e Instrução Normativa IBAMA nº. 10 de 287/05/2013;
     13. As empresas cadastradas ou não no SICAF deverão apresentar ainda:

8.9.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; OU

8.9.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

* 1. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
  2. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 3 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail.

8.10.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

* 1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso poderá ser substituído pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.
     1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
  2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema**,** o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
  3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
     1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
  4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  5. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
  6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n°123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  9. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
   1. A sessão pública poderá ser reaberta:
      1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
      2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
      1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
      2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas e máximo de 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
      1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
      3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. DOS RECURSOS
   1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
      1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
      2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
   2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
   3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
      1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
      2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
      3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
      4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
   4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
   5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
   6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
   7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
   8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
   9. Será considerada extinta a garantia:
      1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
      2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
6. DO TERMO DE CONTRATO
   1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
   2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
      1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
   3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.
   4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
   5. Deverá ser observado o que dispõe os arts. 21 ao 27 da IN SEGES nº 03/2018.
7. DO REAJUSTE
   1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
8. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
10. DO PAGAMENTO
    1. Deverão ser observadas as disposições dos arts. 30 e 31 da IN SEGES nº 03/2018.
    2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
    3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

18.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

* 1. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

* 1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
  3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e ao TST para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
  5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
  8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
  9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
  10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
      1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
  11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

I=(TX/100)

365

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
      2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      3. ensejar o retardamento da execução do objeto;;
      4. falhar ou fraudar na execução do objeto;;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. comportar-se de modo inidôneo;
   2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
      2. Multa de:
         1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
         2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
         3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
         4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e
         5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
         6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
   4. As sanções previstas nos subitens 19.3.1, 19.3.3, 19.3.4 e 19.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

* 1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
     1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
  3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
  5. Deverá ser observado o que dispõe os arts. 32 ao 36 da IN SEGES nº 03/2018.

1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, RJ,CEP: 21.040-900, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 19.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 11, nos dias úteis, no horário das 09h00min as 11h00min e das 14h00min às 16h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. É vedada expressamente a contratação de familiar - cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público para prestar serviços no âmbito da COGIC – Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, em que este agente público exerça cargo em comissão ou função de confiança na FIOCRUZ, tal como consta no Decreto n.º 7.203/2011.
   11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência
       2. ANEXO II – Planilha de Formação dos Custos
       3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
       4. ANEXO IV – Proposta Proforma
       5. ANEXO V – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
       6. ANEXO VI – Modelo de Termo de Vistoria;
       7. ANEXO VII – Termo de Sigilo e Confidencialidade
       8. ANEXO VIII – Termo de Conciliação do Ministério Público do Trabalho e a União

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2019.

**Lucia Maria Rocha da Silva**

SEGEC/COGIC/FIOCRUZ

Mat. SIAPE 1891822

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

fundação Oswaldo cruz

dga/cogic

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TRATAMENTO TÉRMICO POR INCINERAÇÃO/CREMAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE GRUPO A2 (PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS) e A3 PEÇAS ANATÔMICAS (MEMBROS) DO SER HUMANO; ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE EMBALAGEM, COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO.

OUTUBRO/2018

SUMÁRIO

[1 DO OBJETO 28](#_Toc529539468)

[2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO 28](#_Toc529539469)

[3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS 30](#_Toc529539470)

[4 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 30](#_Toc529539471)

[4.1 ACONDICIONAMENTO, TRATAMENTO PRÉVIO E ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO 30](#_Toc529539472)

[4.2 ALOCAÇÃO DE EMBALAGENS NOS POSTOS DE COLETA PREVIAMENTE DEFINIDOS 31](#_Toc529539473)

[4.3 COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS 31](#_Toc529539474)

[4.4 TRATAMENTO POR INCINERAÇÃO DOS RESÍDUOS 32](#_Toc529539475)

[4.5 DEFINIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES 33](#_Toc529539476)

[4.6 DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO FORNO INCINERADOR 38](#_Toc529539477)

[4.7 DAS CARACTERÍSTICAS DE MÃO-DE-OBRA 38](#_Toc529539478)

[5 INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA 40](#_Toc529539479)

[6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 43](#_Toc529539480)

[7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 43](#_Toc529539481)

[8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO 50](#_Toc529539482)

[9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS 58](#_Toc529539483)

[10 DA VISTORIA 58](#_Toc529539484)

[11 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 59](#_Toc529539485)

[12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 59](#_Toc529539486)

[13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 60](#_Toc529539487)

[14 DA SUBCONTRATAÇÃO 62](#_Toc529539488)

[15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA 63](#_Toc529539489)

[16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO 63](#_Toc529539490)

[17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (recebimento provisório e definitivo) 65](#_Toc529539491)

[**ANEXO I** 72](#_Toc529539492)

[**ANEXO II** 74](#_Toc529539493)

[**ANEXO III** 77](#_Toc529539494)

[**ANEXO IV** 79](#_Toc529539495)

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TRATAMENTO TÉRMICO POR INCINERAÇÃO/CREMAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE GRUPO A2 (PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS) e A3 PEÇAS ANATÔMICAS (MEMBROS) DO SER HUMANO; ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE EMBALAGEM, COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, de acordo com a norma da RDC 222/2018 da ANVISA, CONAMA nº358/2005 e a Lei de Biossegurança 11.105/2005 CTNBio.

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Departamento de Gestão Ambiental, parte integrante da COGIC, é responsável pela gestão ambiental nos C*ampi* da FIOCRUZ e tem como uma de suas atribuições o gerenciamento dos resíduos gerados das atividades de pesquisa desenvolvidas na Fundação.

Uma das atividades realizadas pelo Departamento de Gestão Ambiental é a gestão integrada de resíduos de serviço de saúde, que compreende as atividades de coleta, armazenamento temporário, transporte e destinação final para o tratamento adequado. Todos os procedimentos visam atender e se adequar às normas requeridas pela legislação vigente.

O Campus Manguinhos utiliza animais de laboratório em seus projetos de pesquisa, que representam uma parcela significativa dos resíduos do Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A3 (Peças anatômicas membros do ser humano); produto de fecundação sem sinais vitais, com peso valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares, nos campi Fiocruz/RJ. Os endereços e as divisões dos postos de coleta estão discriminados no Anexo I (Posto de Coleta).

Em função da Fiocruz não apresentar veículo adequado ao transporte de resíduos de saúde nos *Campi* da Fiocruz, não possuir um forno crematório licenciado segundo as exigências da RDC ANVISA n° 222/18, Resolução CONAMA 358/05, Resolução CONAMA 316/02, DZ-1314/93 INEA, assim como a Lei n° 11.105 e suas resoluções normativas e em virtude das características dos resíduos gerados nos seus processos internos, faz-se necessária a contratação desse serviço.

O risco de infecções e as atuais exigências ambientais para o gerenciamento de resíduos justifica a contratação de serviço contínuo.

Os resíduos de carcaça de animais com a presença de agentes biológicos possivelmente patogênicos, pertencentes ao grupo A, podem apresentar risco de infecção, portanto, quando descartados de forma insegura, podem causar danos à saúde dos animais, dos seres humanos e ao meio ambiente de uma forma geral.

Desse modo, devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final, e para tal é necessária a contratação de empresa idônea, devidamente licenciada por órgão ambiental competente, para executar os serviços citados, que é de fundamental importância para minimizar os possíveis impactos ao meio ambiente e a saúde pública.

A COGIC conta também com o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Ambiental para cumprir sua missão que é de prover conhecimento e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz, o que envolve o gerenciamento adequado dos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) gerados no Campus Manguinhos e no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF).

Direitos fundamentais como a vida, a saúde, educação, ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, são alguns dos aspectos presentes em nossa Constituição Federal e que exigem ações eficazes por parte dos governantes para que sejam cumpridas. Dentre estas ações encontra-se a prestação de serviço de processamento e destinação final de resíduos infectantes do Grupo A2 e A3 gerados na Fiocruz por meio de Tratamento Térmico por Incineração, com a devida comprovação perante o INEA, órgão ambiental pertinente.

Na falta da prestação deste serviço por negligência da Administração, algumas perguntas devem ser respondidas: Quem irá se responsabilizar pelo acumulo dos resíduos gerados e não tratados na Fiocruz? Quem será responsabilizado em caso de acidentes ou mortes de pacientes devido a riscos de epidemias e contaminações por falta da coleta, transporte e tratamento destes resíduos?

Diante de tais motivos, justifica-se a necessidade de contratação da Prestação dos Serviços supracitados, garantindo a continuidade dos serviços, visando a segurança das equipes de conservação do campus e transeuntes da Instituição, bem como estar em conformidade perante a fiscalização dos órgãos ambientais os quais rotineiramente inspecionam as instalações da Fiocruz.

1. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. Serviços comuns de natureza contínua a serem executados por um período de 12 meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, caso haja a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitando-se a 60 meses, conforme inciso II, Art. 57, da lei n° 8.666/93.
   2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

## ACONDICIONAMENTO, TRATAMENTO PRÉVIO E ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO

* Acondicionamento – O acondicionamento consiste no ato da CONTRATANTE de embalar os resíduos provenientes do Subgrupo A2 e A3 de acordo com seu PGRSS, em sacos vermelho, fornecido pela própria unidade geradora. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo. Os resíduos não devem ultrapassar 2/3 do volume dos recipientes.
* Tratamento Prévio – O tratamento prévio é realizado na fonte geradora, logo após serem embalados e deverão ser autoclavados a uma temperatura de 121ºC e em seguida, dispostos em bombonas e identificados como (“PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS”) quando RESIDUO do Subgrupo A2 e (“PEÇAS ANATÔMICAS") quando do Subgrupo A3, conforme RDC 222 ANVISA.
* Armazenamento Temporário – As bombonas identificadas devem ficar armazenadas em equipamento de refrigeração à -20ºC, procedimento a ser realizado pela CONTRATANTE até a coleta externa a qual deve ser realizada pela CONTRATADA, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para o veículo coletores.

## ALOCAÇÃO DE EMBALAGENS (BOMBONAS) NOS POSTOS DE COLETA PREVIAMENTE DEFINIDOS

A CONTRATADA deverá fornecer e alocar bombonas plásticas de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com tampa removível e capacidade de 50 litros, a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas.

Os endereços e divisões dos postos de coleta estão discriminados no Anexo I.

## COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS

A CONTRATADA deverá realizar a etapa de remoção dos resíduos do Grupo A2 e A3, previamente tratados e adequadamente acondicionados pela CONTRATANTE, conforme RDC 222/18, nos postos de armazenamento internos, indicados no Anexo I, até a unidade de tratamento térmico.

A coleta dos resíduos ocorrerá sempre em dias úteis e preferencialmente na parte da manhã, em observação à natureza da carga, evitando-se os horários de maior fluxo. A coleta deverá iniciar-se às 09:00 h da manhã.

A periodicidade dos serviços será de ao menos duas vezes por mês, preferencialmente às 4ª feiras, ou conforme a necessidade de descarte dos resíduos.

A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico da Fiocruz com no mínimo de 1 (um) dia de antecedência à data da solicitação contendo o número de bombonas a serem coletadas e o número de bombonas novas para reposição.

A CONTRATADA deverá disponibilizar no momento da coleta uma balança, preferencialmente mecânica, com calibragem aferida e comprovada, para a realização da pesagem das embalagens (bombonas).

Para tal, devem ser utilizados equipamentos de proteção individual (EPI) e técnicas que garantam a preservação do acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo:

* MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;
* Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza as seguintes normas e legislações, as quais fixam diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública:

1. Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto n° 96.044 de 18 de maio de 1988.
2. Resolução ANTT 420/04.
3. NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.
4. NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização
5. NBR-9735 - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte.

## TRATAMENTO POR INCINERAÇÃO DOS RESÍDUOS

Os resíduos já coletados pela CONTRATADA deverão ser destinados para o tratamento térmico por incineração, **não podendo ser sublocado este serviço**. O serviço deverá ser executado no mesmo dia da coleta, nas instalações da CONTRATADA.

As instalações da CONTRATADA, bem com a destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e com a resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

O local do tratamento térmico deve estar localizado no Estado do Rio de Janeiro, em um raio máximo de até 50 (cinquenta) km da cidade do Rio de Janeiro. Deve ter área coberta para o recebimento dos resíduos. As cinzas decorrentes do tratamento dos resíduos também deverão ser armazenadas em local coberto, protegido de intempéries para posterior disposição final em aterro sanitário licenciado.

Deverá ser fornecido um Certificado de Tratamento Térmico assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da CONTRATADA atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado. Este documento também deve conter as seguintes informações: local, data, hora, equipamento, identificação do operador, volume do resíduo tratado, número da licença de operação do forno. O modelo de documento terá que ser aprovado pela COGIC.

O pagamento dos serviços prestados só será realizado mediante comprovação da destinação final pela CONTRATADA através da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF.

**§ ÚNICO**

A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita realização do serviço, devendo os equipamentos estarem em condições de uso e os insumos serem de qualidade comprovada.

## DEFINIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

* Resíduos Infectantes

São os resíduos resultantes de atividades médico-assistenciais e de pesquisa produzido nas unidades de trato de saúde humana ou animal, composto por materiais biológicos e/ou perfurocortantes contaminados por agentes patogênicos, que apresentem ou possam apresentar riscos potenciais à saúde pública ou ao meio ambiente.

Grupo A2: Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Grupo A3: Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha

havido requisição pelo paciente ou seus familiares.

* Acondicionamento e Armazenamento interno

O acondicionamento consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo. Os resíduos não devem ultrapassar 2/3 do volume dos recipientes.

O armazenamento interno é a guarda temporária das embalagens lacradas dos resíduos de serviços de saúde em equipamento de refrigeração à -20oC, em ambiente próximo aos pontos de geração até a coleta externa com acesso facilitado para o veículo coletor.

* Coleta Externa

É o conjunto de atividades para remoção dos resíduos devidamente acondicionados em seus postos de armazenamento interno até o seu destino final, mediante o uso de veículo coletor.

A coleta de resíduos do Grupo A2 e A3 será realizada nas Unidades partícipes do Cadastro para Tratamento Térmico. A coleta é realizada nos abrigos temporários, localizados nos biotérios de experimentação (Anexo I).

Para trabalhar com resíduos do Grupo A2 e A3, é necessário a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados. Na execução do serviço de coleta, os funcionários devem utilizar EPI´s, tais como: uniformes, jalecos, botas impermeáveis, máscaras, luvas e aventais.

A coleta é realizada pela equipe técnica da CONTRATADA e acompanhada por fiscal da CONTRATANTE, sendo agendada após o recebimento de solicitação de coleta enviado por e-mail. Apenas serão coletados resíduos classificados como A2 e A3, devidamente acondicionados e identificados pelo gerador responsável.

* Transporte Externo

Realizar o transporte externo dos resíduos infectantes previamente acondicionados e identificados, localizados em abrigo temporário até a unidade de disposição final, deverá ser realizado pela equipe técnica da CONTRATADA. O transporte deverá ser realizado por veículo específico e licenciado no INEA, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

* Tratamento Térmico por Incineração dos Resíduos (Grupo A2 e A3)

A CONTRATADA realizará o tratamento térmico dos resíduos do Grupo A2 e A3 de acordo com a Resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, cuja a operação será realizada acima da temperatura mínima de oitocentos graus Celsius.

* Disposição Final

É a prática de dispor os resíduos sólidos no solo previamente preparado para recebê-los, de acordo com critérios técnico-construtivos e operacionais adequados, em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

* EPI

Sigla para “Equipamento de Proteção Individual”.

* INEA

Sigla para “Instituto Estadual do Ambiente”, órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

* CONAMA

Sigla para “Conselho Nacional do Meio Ambiente”, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

* IFF

Sigla para “Instituto nacional da saúde da mulher, da criança e do adolescente, Fernandes Figueira”.

* FIOCRUZ

Sigla para “Fundação Oswaldo Cruz”.

* + 1. DAS ESPECIFICAÇÕES DAS BOMBONAS E DO VEÍCULO DE TRANSPORTE EXTERNO
* Bombona para Acondicionamento de Resíduos Infectantes e Coleta Interna

1. Bombona plástica de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com capacidade de acondicionamento de 50 litros e tampa removível, que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas conforme ABNT NBR 7500 e RDC 222/2018.
2. A bombona fornecida deverá ser de primeiro uso (nova) para evitar contaminação das instalações da CONTRATANTE.
3. A quantidade de bombonas a ser fornecida pela CONTRATADA é determinada de acordo com a demanda quinzenal de cada unidade e prevista neste Termo de Referência.

* Veículo de Transporte externo de Resíduo do Grupo A2 e A3

1. O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes;
2. O veículo coletor deverá obedecer às seguintes normas e legislações: Decreto n° 96.044 de 18 de maio de 1988; Resolução ANTT 5232/2016; NBR-7500; NBR-7503 e NBR-9735;
3. obedecer aos requisitos de construção e inspeção para coletor-transportador rodoviário de resíduos de saúde, conforme ABNT NBR 14652:2013;
4. Constar em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora (endereço e telefone), com identificação de risco de acordo com a NBR 7500, com símbolo e inscrição de “Resíduo Infectante “, com o número ou código estabelecido na Resolução ANTT 5232/2016, e o número do veículo coletor.
5. ter superfícies externas lisas e cantos arredondados de forma a facilitar a higienização;
6. não permitir vazamento de líquido e ser provido de ventilação adequada;
7. sempre que a forma de carregamento for manual, a altura de carga deve ser inferior a 1,20m;
8. quando possuir sistema de carga e descarga, este deve operar de forma a não permitir o rompimento dos recipientes;
9. ser de cor branca;
10. ostentar a simbologia para o transporte rodoviário (ver NBR 7500:2017);
11. possuir o selo do CIPP – Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos;
12. serem operados por equipe treinada através do curso MOPP - Certificado de Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;
13. ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes e pertencer à frota da CONTRATADA;
14. Obedecer à Norma ABNT NBR 12810:2016;
15. Os veículos deverão portar um conjunto mínimo de equipamentos que serão usados para atender às situações de emergência, acidente ou avaria, contendo materiais para sinalizar e isolar a aérea de ocorrência, bem como proteger o funcionário, sendo alguns equipamentos de material antifaiscante, conforme NBR 9735;

Os veículos utilizados no serviço serão vistoriados nos dias de coleta por meio de uma lista de verificação, anexo IV deste Termo de Referência, que deverá ser assinado pelos funcionários da CONTRATADA e um técnico da COGIC no momento da coleta.

A CONTRATADA deverá fornecer veículos **VAZIOS e HIGIENIZADOS** para a coleta dos resíduos infectantes. **NÃO SERÁ PERMITIDO** que os veículos iniciem a coleta nesses locais com resíduos de outros clientes da empresa.

Os veículos utilizados pela CONTRATADA deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou qualquer outro defeito que venha a comprometer a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

O local de lavagem dos veículos também poderá ser visitado eventualmente para verificação das condições estabelecidas neste Termo de Referência sendo a visita registrada através de lista de verificação, anexo II.

## DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO FORNO INCINERADOR

O forno incinerador deve:

1. ter capacidade mínima de incineração de 100 Kg/h
2. o forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 ºC.;
3. possuir um lavador de gases tipo grade líquida a fim de reter eventuais particulados provenientes do processo de incineração;
4. as dimensões mínimas da boca do forno compatíveis com as dimensões máximas das bombonas a receberem o tratamento térmico.

O tratamento aplicado ao resíduo é de total responsabilidade da empresa CONTRATADA e esta etapa será acompanhada periodicamente por profissionais da COGIC sendo a visita registrada através de lista de verificação (Anexo III).

**OBS**: Os contentores (bombonas) dos resíduos não poderão ser amassados, cortados, nem modificados de qualquer forma, manual ou mecanicamente em nenhuma hipótese, para que entrem no forno incinerador. Eles deverão entrar inteiros (íntegros), na forma em que forem recebidos pela CONTRATADA.

## DAS CARACTERÍSTICAS DE MÃO-DE-OBRA

A CONTRATADA será responsável por quaisquer atos praticados por seus funcionários e prepostos, bem como procedimentos dos mesmos;

Os profissionais que atuarão na coleta e transporte de resíduos infectantes deverão obedecer às condições específicas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da CONTRATADA.

* Motoristas

1. Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria correspondente ao veículo e ao tipo de serviço a ser executado, além de atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas, sob responsabilidade da CONTRATADA.
2. Os motoristas deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da CONTRATADA.
3. Deve haver EPI disponível para o motorista para o trabalho de coleta, que em caso de acidentes ou emergências ambientais, deverão ser adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da CONTRATADA.
4. Deverão cooperar com a logística de coleta desenvolvida pelo Departamento de Gestão Ambiental/COGIC/Fiocruz, bem como, assinar manifestos e outros comprovantes da realização da coleta, e apoiar o acompanhamento da coleta pelos fiscais de coleta de resíduos.

**NOTA:** O motorista não poderá executar e tampouco auxiliar o manejo dos resíduos.

* Ajudantes

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, obrigatoriamente, no mínimo 02 ajudantes.
2. Os ajudantes deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da CONTRATADA.
3. Os ajudantes deverão ser devidamente qualificados e treinados para a função a desempenhar, com ênfase em manejo de resíduos sólidos de serviços de saúde, sob responsabilidade da CONTRATADA ;
4. Deve haver EPI disponíveis para cada ajudante para o trabalho de coleta, que em caso de acidentes ou emergências ambientais, deverão ser adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da CONTRATADA.

**OBS: A empresa deverá apresentar comprovação de treinamento destes profissionais sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.**

* Manutenção

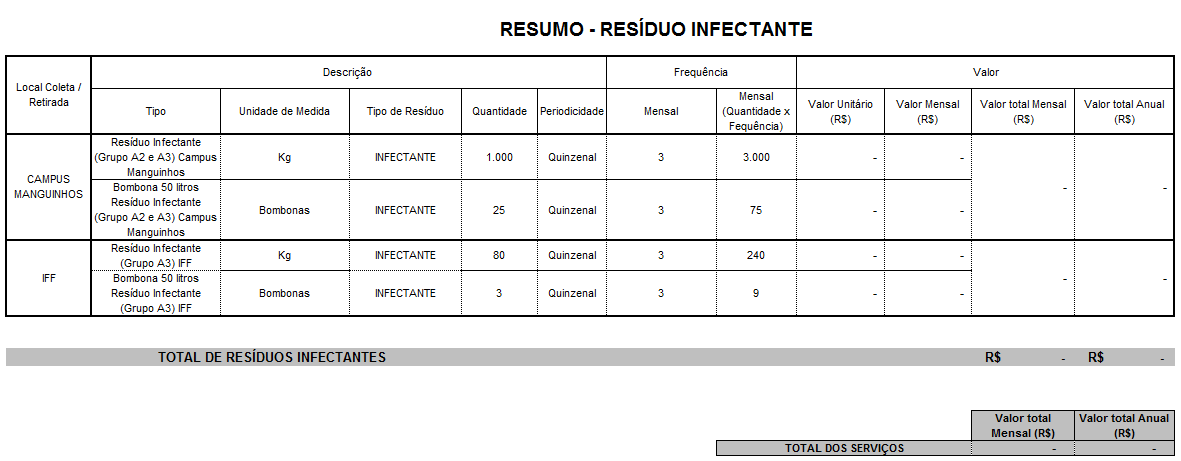
A CONTRATADA compromete-se a realizar a manutenção dos veículos, tanto em caráter preventivo quanto corretivo. Também deverá fornecer e instalar peças de reposição, assegurando a perfeita execução do Contrato.

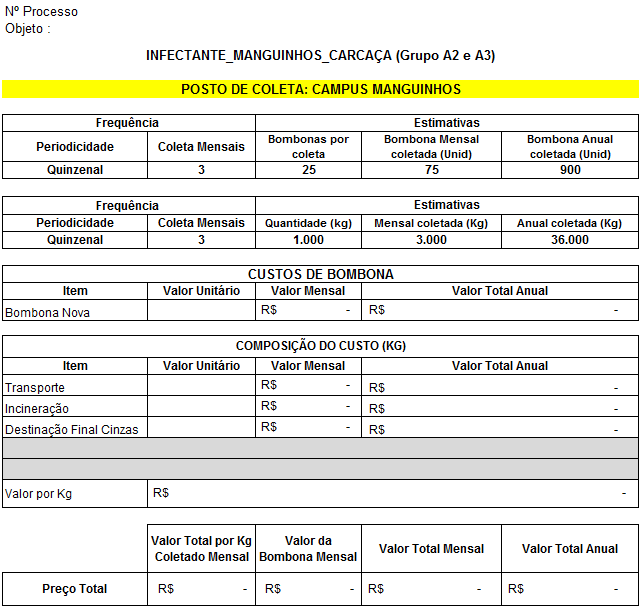
O abastecimento de combustível do veículo coletor será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Obrigatoriamente o mesmo deverá estar plenamente abastecido no ato da coleta, evitando-se que haja interrupções por falta de combustível durante o percurso da retirada dos resíduos de seus locais de geração até o destino final.

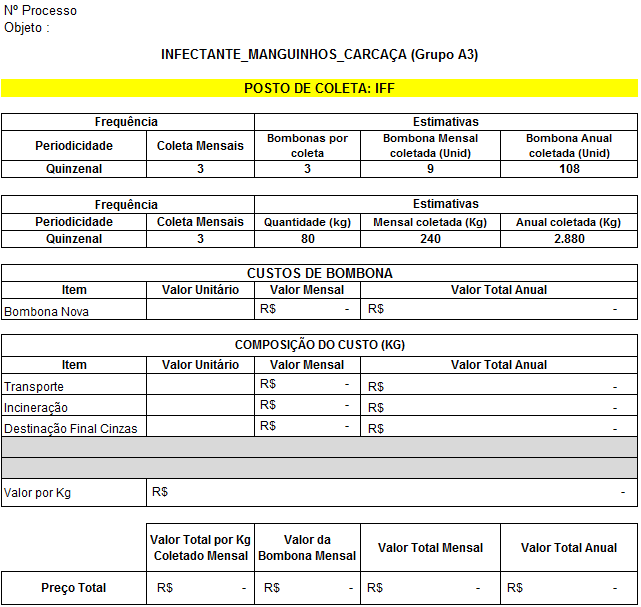
1. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A empresa vencedora do certame somente cobrará e receberá pelos resíduos efetivamente coletados e tratados. A contratação do serviço tem base na estimativa de demanda anual dos serviços de coleta e transporte externo dos resíduos infectantes do grupo A. A composição do custo total desta contratação será baseada na unidade de medida por quilo coletado, isto incluirá valor unitário do resíduo a ser incinerado, contendo a coleta, transporte e a destinação final, a parte será pago o custo do fornecimento de embalagens.

O Termo de Referência apresenta uma demanda anual estimada de serviços a serem executados, porém somente os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA serão pagos mensalmente.







* 1. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS

Algumas práticas ambientais sustentáveis visam a otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição e deverão ser observados pela CONTRATADA, entre as quais destacamos, sem prejuízo de outras normativas legais ou boas práticas que venham a surgir no decorrer da vigência do contrato.

A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 no que couber:

1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.
2. Para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.
3. No que diz respeito à mão de obra a CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários;
4. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material recolhido, durante a execução dos serviços;
5. Atendimento às leis e normas ambientais;
6. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.
7. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR’s) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
8. A supervisão dos serviços executada pela Fiocruz sempre convalidará ou orientará as técnicas de execução dos serviços contratados, de acordo com os melhores referencias de sustentabilidade.
9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 Relatório de Medição de Serviço Mensal - mensalmente a CONTRATADA deverá emitir relatório de controle das coletas realizadas e bombonas entregues para conferência e aprovação pela CONTRATANTE.

6.1.2 Acompanhamento realizado pela CONTRATANTE de todas as fases do serviço no que se refere à execução, de modo assegurar a plena aplicação das especificações constantes deste edital;

6.1.3 A CONTRATANTE realizará registro fotográfico, sempre que achar conveniente, das etapas de campo;

6.1.4 A CONTRATANTE deve descrever as ocorrências através de e-mail à CONTRATADA para ciência e providências;

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
2. Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;

São requisitos necessários ao atendimento da necessidade da Instituição que as licitantes interessadas no certame para contratação da **Prestação de Serviços Continuados de Tratamento Térmico por Incineração/Cremação e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; Através de Fornecimento de Embalagem, Coleta Externa, Transporte Externo**:

1. Declaração de que as instalações são no Estado do Rio de Janeiro, em um raio máximo de até 50 (cinquenta) km da cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado na fase de habilitação. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar as suas instalações.

1. Exigência descrita no item anterior justifica-se pela necessidade dos deslocamentos para as vistorias técnicas, in loco, pelos fiscais técnicos, quanto aos cumprimentos das normas legais, quando da efetiva execução do Objeto.
2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho na prestação de serviços continuados de tratamento térmico por incineração/cremação de serviço de saúde grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; com destinação final de resíduos, segundo a RDC nº 222/2018 da ANVISA, em conformidades com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes para tal registro, nos termos do subitem 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
   1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, nos termos do subitem 10.3, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017;
   2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
   3. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, nos termos do subitem 10.7, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
   4. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, serão aceitos diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação, nos termos do subitem 10.9, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
   5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, nos termos do subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.
3. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), que comprove atividade relacionada com o objeto solicitado e a indicação de seus(s) responsáveis e do corpo técnico da empresa, com a definição de suas áreas de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 1º da Resolução n.º 266/79 do CONFEA;
4. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela FIOCRUZ, por ocasião de sua utilização na contratação e sempre que necessário;
5. A CONTRATADA deverá fornecer e alocar bombonas plásticas de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com tampa removível e capacidade de 50 litros, a serem utilizadas no cumprimento do objeto e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas.
6. Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRQ da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços.
7. Todo e qualquer serviço será executado por profissionais habilitados, com certificado de registro da entidade de categoria de classe, com Atestado e CAT averbado de projeto/serviço de igual natureza ao do serviço a ser realizado e para a empresa na forma da resolução 1025/2009 – CONFEA.
8. Os Responsáveis Técnicos (RT) e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta.
9. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio; Diretor; Empregado; responsável técnico; profissional contratado;
   1. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:
      1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
      2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
      3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor.
      4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CRQ do Estado do Rio de Janeiro, onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
10. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
11. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
12. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
13. Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional detentor do(s) Atestado(s) apresentado(s).
    * 1. Profissional Contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício.
14. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.
    1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993.
    2. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.
    3. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.
    4. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.
15. Cópia controlada do procedimento interno para atendimento a emergências ambientais que mostre o sistema adotado em caso de acidente durante a incineração e/ou transporte dos resíduos.
16. Apresentar especificação técnica dos equipamentos para o procedimento de incineração, compatível com as dimensões das embalagens utilizadas no acondicionamento dos resíduos para o tratamento térmico da totalidade do conjunto ou embalagem/resíduo.
17. Apresentar Licença de Operação para a atividade de incineração de resíduos de serviço de saúde e carcaças de animais e sua destinação final, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente INEA e da empresa subcontratada para o transporte, se for o caso.
18. Apresentar Licença de Operação para a atividade de transporte de resíduos, Classe I e II dos veículos utilizados, emitida pelo órgão ambiental estadual competente;
19. Possuir Cadastro Técnico da Licitante junto Instituto Estadual do Ambiente INEA e apresentar comprovante da taxa de Controle e Fiscalização TCFARJ trimestralmente, conforme Lei nº 10.165/ 2000;
20. Apresentar Certidão Negativa de Débitos emitida pelo IBAMA – Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 18 de setembro de 2003;
21. Apresentar Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais de acordo com Instrução Normativa IBAMA nº. 31 de 03/12/2009, Instrução Normativa IBAMA nº. 06 de 15/03/2013 e Instrução Normativa IBAMA nº. 10 de 287/05/2013;
22. No caso de Serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;

**Contratação dos Serviços Continuados de Tratamento Térmico por Incineração/Cremação e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; Através de Fornecimento de Embalagem, Coleta Externa, Transporte Externo** por um período de 12 meses. Pode ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitando-se a 60 meses, conforme inciso II, Art. 57, da lei n° 8.666/93, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. O serviço possui natureza continuada, pois se trata de atividade que influencia diretamente a boa execução das funções da Instituição e sua interrupção pode afetar a meta Institucional.

1. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da CONTRATADA;

Algumas práticas ambientais sustentáveis visam a otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição e deverão ser observados pela CONTRATADA, entre as quais destacamos:

* + - 1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, visando redução do consumo de energia elétrica e de água, observadas as normas ambientais vigentes. A fim de evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados na aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.
      2. No que diz respeito à mão de obra, a CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente;
      3. Responsabilizar- se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado durante a execução dos serviços;
      4. Considerando o Princípio da Precaução, o princípio do poluidor pagador e a responsabilidade da Fiocruz enquanto uma instituição do Ministério da Saúde, deve-se, segundo a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81), Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12305/2010, Resolução CONAMA 420/2009 e Resolução CONEMA 44/2012 além da Lei 9605/98, buscar a preservação, melhoria e a recuperação da qualidade ambiental;
      5. Os riscos da atividade devem estar previstos na licença ambiental da empresa contratada, assim como, a mitigação dos mesmos e reparação da área em caso de acidente. Para minimizar os riscos conhecidos de contaminação, será exigido o uso de EPI de acordo com a NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual – EPI) adequados pelos funcionários são eles: bota, avental, luva 3/4 emborrachada, máscara (N95) e proteção ocular e, se possível utilizar, preferencialmente, nos veículos para execução dos serviços o biocombustível; e, atender no que couber a o art. 6° da IN 01/2010 MPOG.
      6. No que diz respeito à mão de obra, a CONTRATADA deverá obedecer a [NBR 12810:2016](http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=354888) - Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde, dentre normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente;
      7. Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:
* Atender o art. 6° da IN 01/2010 SLTI-MPOG.
* Atender às determinações da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
* Atender a determinação do órgão ambiental (Inea): DZ 1314, NOP 35, aprovado pela Resolução CONEMA 79 em 07/03/2018.
* Atender a determinação das Resoluções CONAMA: 358/2005, 316/2002
* Atender a RDC ANVISA n° 222/2018;
* Acompanhar e divulgar legislações e normas pertinentes, bem como a atualização referente ao objeto do contrato;

1. Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão;

O Contrato terá duração inicial de 12 meses consecutivos e ininterruptos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, totalizando 60 meses, conforme Art. 57, Inciso II da lei 8.666/93, analisando a qualidade dos serviços prestados e procedendo-se o reajustamento que garanta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em condições vantajosas para a Administração.

1. Identificar a necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

Não há necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

1. Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos;

* SOLUÇÕES DE MERCADO:

|  |  |
| --- | --- |
| EMPRESA | LOCALIZAÇÃO |
| Renove | Rio de Janeiro |
| Haztec | Rio de Janeiro |
| Usina Verde | Rio de Janeiro |

Incluindo nestas soluções de mercado tratamento térmico por incineração/cremação e destinação final de resíduos através de fornecimento de embalagem, coleta externa, transporte externo, conforme as necessidades determinadas para a execução do objeto.

Cabe ressaltar, que para o objeto desta licitação, faz-se necessário o acompanhamento do serviço, o que torna inviável se a empresa responsável pelo tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde estiver fora do estado do Rio de Janeiro. A logística adotada pela FIOCRUZ visa minimizar a má administração do erário. Sendo assim, torna-se indispensável a apresentação das licenças ambientais expedidas pelo INEA, SMAC ou de qualquer órgão fiscalizador dentro do Estado do Rio de Janeiro.

Os resíduos já coletados pela CONTRATADA deverão ser destinados para o tratamento térmico por incineração, não podendo ser sublocado este serviço.

1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
   1. A Gestão do Contrato será exercida pelo Gestor, Fiscal Técnico e Administrativo designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE se dará diretamente com o responsável técnico da CONTRATADA, preposto designado, com o suporte especializado e o fiscal do contrato, além da utilização de mecanismos como troca de e-mails e comunicações telefônicas em geral.
   3. A metodologia mais recomendada para atender as necessidades da Administração é baseada na Resolução de Diretoria Colegiada – RDC 222, de 28/03/2018, onde os RSS do Subgrupo A2 contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade e alto potencial de letalidade (Classe de risco 4) devem ser submetidos, no local de geração, a processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana e posteriormente encaminhados para tratamento térmico por incineração. Os RSS do Subgrupo A3 devem ser destinados para sepultamento, cremação, incineração ou outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente.
   4. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos descritos no item 6 deste Termo de Referência.
   5. Instrumento de Medição de Resultado:
      1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Este adendo, que deve ser adotado para a avaliação dos serviços prestados, contém a descrição dos critérios e pontuações a serem empregadas na gestão contratual. Os resultados obtidos a partir da aplicação dos mesmos indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados pela CONTRATADA.

A adoção desses critérios assegurará ao CONTRATANTE instrumentos para avaliação e controle efetivo da qualidade da prestação dos serviços.

Na avaliação, devem ser atribuídos conforme formulário de fiscalização e avaliação de Serviços os conceitos “Ótimo”, “Bom” e “Ruim”, equivalentes, respectivamente, aos valores 100, 75 e 50 para cada um dos itens avaliados.

O Relatório final consolidado contendo o resultado do somatório da avaliação dos serviços será obtido através da média de todos os formulários de fiscalização do serviço.

* + 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A avaliação da CONTRATADA na **Prestação de Serviços Continuados de Tratamento Térmico por Incineração/Cremação e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; Através de Fornecimento de Embalagem, Coleta Externa, Transporte Externo** será feita por meio de análise dos seguintes aspectos:

a) Equipamentos, Produtos e Procedimentos Operacionais;

b) Inspeção dos Serviços nas Áreas.

Caberá à CONTRATANTE designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo relatório mensal de prestação e avaliação dos serviços que será obtido pela média dos relatórios dos serviços executados feitos pela fiscalização, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- Empregado uniformizado e identificado;

- Execução do serviço determinado pela Fiscalização;

- Equipe composta por motorista e 2 ajudantes;

- Cumprimento do horário estabelecido;

- Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s;

- Estado de Conservação e Higienização dos Veículos;

- Fornecimento de balança calibrada e carregada;

- Identificação do veículo para transporte de resíduo infectante;

- Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos;

- Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencentes à frota da CONTRATADA;

- Atendimento aos chamados de emergência;

- Fornecimento de bombonas novas.

OBS: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, sendo que a aceitação da justificativa ficará a critério da Fiocruz que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa.

* + 1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS
       1. INTRODUÇÃO

Este procedimento está vinculado ao contrato de **Prestação de Serviços Continuados de Tratamento Térmico por Incineração/Cremação e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; Através de Fornecimento de Embalagem, Coleta Externa, Transporte Externo**, integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetuado pela fiscalização / controle da execução dos serviços, que servirão de base para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados.

* + - 1. OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução do serviço.

* + - 1. REGRAS GERAIS

A avaliação da CONTRATADA na **Prestação de Serviços Continuados de Tratamento Térmico por Incineração/Cremação e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde Grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 peças anatômicas (membros) do ser humano; Através de Fornecimento de Embalagem, Coleta Externa, Transporte Externo**, se faz por meio de pontuação em conceitos de Ótimo, Bom e Ruim em cada um dos itens vistoriados.

* + - 1. CONCEITOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS

ÓTIMO - Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

* Empregado uniformizado e identificado;
* Execução do serviço determinado pela Fiscalização;
* Equipe composta por motorista e 2 ajudantes;
* Cumprimento do horário estabelecido;
* Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s;
* Estado de Conservação e higienização dos Veículos;
* Fornecimento de balança calibrada e carregada;
* Identificação do veículo para transporte de resíduo infectante;
* Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos;
* Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencentes à frota da CONTRATADA;
* Atendimento aos chamados de emergência;
* Fornecimento de bombonas novas.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

* Ocorrência isolada na conservação e higienização dos veículos;
* Ocorrência isolada no descumprimento do horário estabelecido;
* Problemas isolados na execução dos serviços prestados.

RUIM – Refere-se à desconformidade total dos critérios, como:

* Empregado não uniformizado agravado da falta de identificação;
* Veículo em péssimo estado de conservação agravado da falta de higienização;
* Ausência de algum membro da equipe responsável pela coleta dos resíduos;
* Não cumprimento do horário estabelecido trazendo transtornos na execução do serviço à fiscalização;
* Funcionário com EPI’s incompletos, principalmente na coleta dos resíduos biológicos;
* Identificação dos veículos de coleta como preconiza as normas vigentes;
* Falta do Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos;
* Inexecução dos serviços determinados pela fiscalização;
* Não atendimento aos chamados de emergência;
* Envio de Veículos não licenciados pelos órgãos competentes;
* Não fornecimento de balança calibrada ou descarregada no dia da execução da coleta;
* Execução de serviço sem técnica adequada.

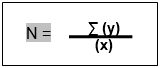
Modelo do Relatório Final Consolidado a ser anexado às faturas de pagamento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato Número | Unidade | Período | Data |
| 0xx/2019 | COGIC | xxx | xxx |
| Contratada: |  |  |  |
| Responsável pela Fiscalização: | |  |  |
| Gestor do Contrato: |  |  |  |

*Quantidade de itens vistoriados = X*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Qte. | Equivalência (e) | Pontos obtidos |
|  | (a) |  | (y = a x e) |
| Quantidade de ótimo = |  | x 100 (Ótimo) = |  |
| Quantidade de bom = |  | x 75 (Bom) = |  |
| Quantidade de ruim = |  | x 50 (Ruim) = |  |
| TOTAL |  | |  |

A nota N será obtida mediante o resultado do somatório dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de itens vistoriados (X).



RESULTADO FINAL:

|  |  |
| --- | --- |
| Liberação total da fatura | N ≥ 90 |
| Liberação de 89% da fatura | 77 ≤ N ≤ 89 |
| Liberação de 76% da fatura | 64 ≤ N ≤ 76 |
| Liberação de 63% da fatura | 51 ≤ N ≤ 63 |
| Liberação de 50% da fatura | N ≤ 50 |

|  |  |
| --- | --- |
| Nota: | Assinatura do Responsável pela Fiscalização: |
|  |  |

INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | FORMULÁRIO DE FISCALIZAÇÃO | | | | | | Data |
|  | AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS | | | | | |  |
|  |  |  |  | | |  |  |  |
|  | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS | | | | | | |
|  |  |  | |  |  | |  |  |
|  |  | ÓTIMO | | BOM | RUIM | | Não se aplica |  |
|  | Empregado uniformizado e identificado |  | |  |  | |  |  |
|  | Execução do serviço determinado pela Fiscalização |  | |  |  | |  |  |
|  | Equipe composta por motorista e 2 ajudantes |  | |  |  | |  |  |
|  | Cumprimento do horário estabelecido |  | |  |  | |  |  |
|  | Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s |  | |  |  | |  |  |
|  | Estado de Conservação e higienização dos Veículos |  | |  |  | |  |  |
|  | Fornecimento de balança calibrada e carregada |  | |  |  | |  |  |
|  | Identificação do veículo para transporte de resíduo infectante |  | |  |  | |  |  |
|  | Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos |  | |  |  | |  |  |
|  | Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencentes à frota da CONTRATADA |  | |  |  | |  |  |
|  | Atendimento aos chamados de emergência |  | |  |  | |  |  |
|  | Fornecimento de bombonas novas |  | |  |  | |  |  |
|  |  |  | |  |  | |  |  |
|  |  |  | |  |  | |  |  |
|  |  |  | |  |  | |  |  |
|  | Hora início: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Hora fim: | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  | |  |  |
|  |  |  | |  |  | |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | Demais observações que se fizerem necessárias: | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | Responsável pela Fiscalização: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

1. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas na planilha de custos e conforme descrito neste termo de referência.

1. DA VISTORIA
   1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-9160, podendo sua realização ser comprovada por:
2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).
   1. O prazo para vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicaçãodo Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
   2. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
      1. A visita técnica não se faz obrigatória, de acordo com o Acordão TCU nº 234/2015 que determina que deixe de ser exigido nos editais o atestado de visita, sendo substituído por declaração do responsável que possui pleno conhecimento do objeto.
      2. Considerando que o preço para execução dos serviços a serem contratados é resultado, em grande parte, do estado de conservação em que se encontram os equipamentos, ambientes e do nível de dificuldade das ações necessárias ao pleno funcionamento, recomenda-se a realização da Visita Técnica para conhecimento prévio das condições atuais por parte das licitantes.
3. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e conforme data estipulada na cláusula “Vigência do Contrato”.

1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
   6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
      1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
      2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
      3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
   7. A CONTRATANTE deverá acompanhar a pesagem e embarque das bombonas no veículo coletor;
   8. A CONTRATANTE deverá emitir o MANIFESTO DE RESÍDUOS de acordo com as exigências do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, estabelecidas no NOP 35 INEA – Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos;
2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
   4. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto causados diretamente à FIOCRUZ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou a acompanhamento pela FIOCRUZ, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
   5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de proteção Coletiva – EPC, quando for o caso;
   7. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
   8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
   9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
   10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
   11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
   12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
   15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   16. A CONTRATADA deverá emitir laudo comprobatório de tratamento térmico por incineração dos resíduos destinados pela CONTRATANTE;
   17. A CONTRATADA deverá possuir equipamento para o procedimento de incineração, compatível (boca do forno) com as dimensões da embalagem utilizada no acondicionamento dos resíduos (Anexo III), para o tratamento térmico do conjunto embalagem/resíduo sem manipulação do conteúdo após o lacre das embalagens;
   18. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento regular e ininterrupto das bombonas de PP e PE com tampa removível e capacidade de 50 litros, necessários ao acondicionamento dos resíduos tratados neste edital, que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas, para o bom andamento dos serviços durante o período de vigência deste contrato, nos locais determinados.
   19. A CONTRATADA se compromete a realizar a manutenção dos veículos de transporte, tanto em caráter preventivo quanto corretivo, bem como o treinamento adequado dos profissionais que irão exercer a atividade de coleta e transporte dos resíduos.
3. DA SUBCONTRATAÇÃO
   1. É admissível a subcontratação parcial do objeto considerando, estritamente, a realidade do objeto, complexidade exigida de equipamento e mão-de-obra extremamente especializada e, admitir-se-á, em caráter extraordinário e com a devida justificativa e a autorização da Administração, a subcontratação de serviços, exceto o serviço principal do objeto “TRATAMENTO TÉRMICO POR INCINERAÇÃO”.

A subcontratada deverá atender a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; e também que sejam mantidas todas as cláusulas e condições originais do contrato.

* 1. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

14.2.1 Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

* + 1. Substituir a subcontratada, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
    2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1. ALTERAÇÃO SUBJETIVA
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
2. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
   5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme item 8.5, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

* 1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
  2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
  3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
  6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
  7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
  8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  10. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
  12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (recebimento provisório e definitivo)
   1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 30(trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
   2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
   4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
   6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
   7. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
   8. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
   9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo; e
      5. cometer fraude fiscal.
   2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
      1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
      2. Multa de:
         1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
         2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
         3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
         4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e
         5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
         6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
   3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

* + 1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
    2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
    3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
  2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Renata Lobo de Paula Barros

SIAPE nº 1630765

Tecnologista em Saúde Pública

Listagem de Profissionais responsáveis por cada disciplina envolvida no projeto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Disciplina: | Especificação Técnica |  |  |
| Profissional: | Patricia Oliveira Borioni de Melo | Registro: | ABRADECONT 1389 |
| Assinatura: |  |  |  |
| Disciplina: | Procedimentos Administrativos |  |  |
| Profissional: | Thaiana Byrne Ximenes Alves | Registro: | ABRADECONT 1659 |
| Assinatura: |  |  |  |

Assim, motiva a contratação, de acordo com os elementos técnicos fundamentais que a apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimado, aprovo.

Jorge de Oliveira Cariuz

SIAPE nº 0463713

Assistente Técnico de Gestão e Saúde

Chefe do Departamento de Gestão Ambiental | Fiocruz

Autorizo

Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

# ANEXO I

1. **POSTOS DE COLETA**

**Posto 01 – ENSP / Expansão**

Local: Prédio da Expansão (Biotério de Experimentação Animal)

Endereço: Av. Brasil, 4.036 - Manguinhos

**Posto 02 – IOC / HPP**

Local: Pavilhão Hélio e Peggy Pereira

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 03 - Farmanguinhos**

Local: Farmanguinhos - Pavilhão de Produtos Naturais (PN)

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 04 – CECAL / Primatas**

Local: Biotério de Experimentação de Primatas Não Humanos

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 05 – CECAL / SCPRIM**

Local: Primatologia (Pavilhão Neotropical)

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 06 – CECAL / SHDA**

Local: Pavilhão de Médio e Grandes Animais SHDA

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 07 – CECAL / SCRL**

Local: Sede Primatologia

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 08 - INCQS**

Local: Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 09 – IOC / Lauro Travassos**

Local: Pavilhão Lauro Travassos

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 10 – IOC / Cardoso Fontes**

Local: Pavilhão Cardoso Fontes

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 11 – IOC / Arthur Neiva**

Local: Pavilhão Arthur Neiva

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 12 – IOC / Carlos Chagas**

Local: Pavilhão Carlos Chagas

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 13 – IOC / Leônidas Deane**

Local: Pavilhão Leônidas Deane

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 14 - IPEC**

Local: Pavilhão de Zoonose – Próximo ao Pavilhão 34 (Maria Deane)

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 15 – IOC / Ozorio de Almeida**

Local: Pavilhão Osório de Almeida

Endereço: Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Campus da FIOCRUZ

**Posto 16 – IFF**

Local: IFF (Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira.

Endereço: Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo

# ANEXO II

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – IMINENTE CONTRATADA PARA LAVAGEM DOS VEICULOS DE TRANSPORTE RESÍDUOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa iminente contratada pelo Transporte dos resíduos:**  **Representante da Empresa iminente contratada:**  **Acompanhante da Diligência:** | | **Data:**  **Horário:** | | |
| **ITENS** | **DOCUMENTAÇÃO** | | **C** | **NC** |
| **1** | Apresentar Licença de Operação para o tratamento térmico de Resíduos de Serviço de Saúde, inclusive os resíduos do (Grupo A2 e A3 – RDC 222/ 2018). | |  |  |
| **2** | Apresentar os laudos de testes laboratoriais realizados com medição de parâmetros de qualidade do efluente gerado pela lavagem dos veículos utilizados no transporte de resíduos, segundo legislação vigente. | |  |  |
| **3** | Apresentar documento que registre o procedimento de lavagem dos veículos utilizados no transporte de resíduos, ao qual os funcionários foram treinados e tem acesso (ex. POP) | |  |  |
| **ITENS** | **CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES** | | **C** | **NC** |
| **4** | Possui garagem ou local separado específico para lavagem dos veículos? | |  |  |
| **5** | O local utilizado para lavagem dos veículos possui piso e paredes laváveis, além de ponto de água? | |  |  |
| **6** | O local utilizado para lavagem dos veículos possui estrutura de contenção de forma que evite o vazamento de água suja gerada na lavagem para fora desse ambiente? | |  |  |
| **7** | A água suja gerada pela lavagem dos veículos é direcionada para uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)? | |  |  |
| **8** | Possui ETE com tratamento primário e secundário? | |  |  |
| **ITENS** | **CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS** | | **C** | **NC** |
| **9** | A empresa disponibilizou veículo para vistoria no dia da diligência? Sim ( ) Não ( ) | |  |  |
| **10** | O veículo possui painel de segurança? | |  |  |
| **ITENS** | **ITENS DE SEGURANÇA DO VEÍCULO** | | **C** | **NC** |
| **11** | Observações (itens passíveis de serem analisados: limpeza do baú do veículo, lanterna, faróis, setas, pneus, luz de freio, sinalização sonora, jogo de ferramentas, entre outros). | |  |  |
| **ITENS** | **CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (ABNT NBR 9735/2005)** | | **C** | **NC** |
| **12** | Extintor de incêndio (CO2) para a carga de 6 Kg ou pó químico seco de 8 Kg | |  |  |
| **13** | Rolo de fita zebrada para isolamento de área | |  |  |
| **14** | Cone de segurança (preto e amarelo) para sustentação da fita zebrada. | |  |  |
| **15** | Cone de segurança (laranja e branco) para sinalização da via. | |  |  |
| **16** | EPI: uniforme, calçado de segurança, luvas, óculos de segurança ou protetor facial, máscara. | |  |  |
| **17** | Calços para roda do veículo (01 par) | |  |  |
| **18** | Placa Auto Portante com a inscrição **“PERIGO – AFASTE-SE”** | |  |  |
| **19** | Lanterna comum de no mínimo 2 pilhas médias | |  |  |
| **20** | Lona plástica impermeável 3x4 metros | |  |  |
| **21** | Pá | |  |  |
|  | **Legendas: C= Conforme NC= Não Conforme** | | | |

*Frente* da lista de verificação – iminente contratada para realizar o transporte dos resíduos

*Verso* da lista de verificação – iminente contratada para realizar o transporte dos resíduos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Observações/Recomendações:** | | |
|  | **Nome** | **Assinatura** |
| Equipe Técnica COGIC |  |  |
| Equipe Técnica COGIC |  |  |
| Responsável da empresa iminente contratada |  |  |
| Acompanhante da empresa iminente contratada |  |  |

# ANEXO III

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – IMINENTE CONTRATADA PARA REALIZAR O TRATAMENTO DOS RESÍDUOS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa iminente contratada pelo Tratamento dos Resíduos:**  **Representante da Empresa:**  **Acompanhante da Diligência:** | | | | **Data:**  **Horário:** | | |
| **ITENS** | **DOCUMENTAÇÃO** | | | | **C** | **NC** |
| **1** | Apresentar Licença de Operação para o tratamento térmico de Resíduos de Serviço de Saúde, inclusive os resíduos do (Grupo A2 e A3 – RDC 222/ 2018). | | | |  |  |
| **2** | Apresentar documento do forno comprovando a capacidade mínima de 100 Kg/ h. | | | |  |  |
| **3** | Apresentar documento comprovando que o forno atinge a temperatura mínima de queima de 800 ºC. | | | |  |  |
| **ITENS** | **CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES** | | | | **C** | **NC** |
| **4** | Possui abrigo ou salas com cobertura para armazenamento temporário dos resíduos? | | | |  |  |
| **5** | O Abrigo ou salas de resíduos apresentam sinalização de identificação do tipo de resíduo que armazena? | | | |  |  |
| **6** | O abrigo ou salas de resíduos possuem piso e paredes laváveis, com revestimento de fácil limpeza? | | | |  |  |
| **7** | O abrigo ou salas de resíduos possuem ponto de água e ponto de luz? | | | |  |  |
| **8** | O abrigo ou salas de resíduos possuem ralo direcionado para um sistema de tratamento de efluentes? | | | |  |  |
| **9** | Os resíduos são segregados no abrigo ou salas de resíduos em compartimentos diferentes, por tipo de resíduo (grupo A, B, C, D e E segundo RDC 222/2018)? | | | |  |  |
| **10** | O abrigo ou salas de resíduos possuem telas ou controle contra proliferação de insetos e roedores? | | | |  |  |
| **11** | As cinzas geradas pelo tratamento dos resíduos são acondicionadas em recipientes com tampa e armazenado temporariamente em local coberto? | | | |  |  |
| **12** | Existe vestiário com chuveiro para a troca de roupa dos funcionários? | | | |  |  |
| **13** | O vestiário contém armários para guardar roupas e pertences dos funcionários e outro para guardar EPI? | | | |  |  |
| **14** | A empresa disponibiliza os EPI necessários para atividade: uniformes, luvas térmicas resistentes ao calor, protetor facial, avental, botas, máscara? | | | |  |  |
| **ITENS** | **CONDIÇÕES GERAIS DO FORNO** | | | | | |
| **15** | Dimensões da abertura (boca) do forno  **Altura**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cm **Largura**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cm | | | | | |
| **16** | Dimensões externas do forno:  **Altura**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cm **Largura**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cm **Comprimento**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cm | | | | | |
| **17** |  | | | | **C** | **NC** |
| O forno passou no teste realizado com uma bombona de 50 L? Sim ( ) Não ( ) | | | |  |  |
| **Legendas: C= Conforme NC= Não Conforme** | | | | | | |
| **Observações:** | | | | | | |
|  | | **Nome** | **Assinatura** | | | |
| Equipe Técnica COGIC | |  |  | | | |
| Equipe Técnica COGIC | |  |  | | | |
| Responsável da empresa iminente contratada | |  |  | | | |
| Acompanhante da empresa iminente contratada | |  |  | | | |

# ANEXO IV

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DO VEÍCULO**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONDIÇÕES DO VEICULO NO DIA DA COLETA DE RESIDUOS** | | | | | | |
| **Transportador:** | | | | **CNH do Motorista:**  **MOPP:** | | |
| **Placa e Modelo do Veículo:** | | | | **Data de Coleta:** | | |
| **ITENS** | **DOCUMENTAÇÃO** | | | | **C** | **NC** |
| **1** | Apresentar carteira de habilitação adequada à atividade. | | | |  |  |
| **ITENS** | **CONDIÇÕES DO VEÍCULO** | | | | **C** | **NC** |
| **2** | O veículo possui painel de segurança? | | | |  |  |
| **ITENS** | **ITENS DE SEGURANÇA DO VEÍCULO** | | | | **C** | **NC** |
| **3** | Limpeza do baú | | | |  |  |
| **4** | Lanterna | | | |  |  |
| **5** | Faróis | | | |  |  |
| **6** | Setas | | | |  |  |
| **7** | Pneus | | | |  |  |
| **8** | Luz de freio | | | |  |  |
| **9** | Sinalização sonora | | | |  |  |
| **10** | Jogo de ferramentas | | | |  |  |
| **11** | Estepe | | | |  |  |
| **ITENS** | **CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (ABNT NBR 9735/2005)** | | | | **C** | **NC** |
| **12** | Extintor de incêndio (CO2) para a carga de 6 Kg ou pó químico seco de 8 Kg | | | |  |  |
| **13** | Rolo de fita zebrada para isolamento de área | | | |  |  |
| **14** | Cone de segurança (preto e amarelo) para sustentação da fita zebrada. | | | |  |  |
| **15** | Cone de segurança (laranja e branco) para sinalização da via. | | | |  |  |
| **16** | EPI: uniforme, calçado de segurança, luvas, óculos de segurança ou protetor facial, máscara. | | | |  |  |
| **17** | Calços para roda do veículo (01 par) | | | |  |  |
| **18** | Placa Auto Portante com a inscrição **“PERIGO – AFASTE-SE”** | | | |  |  |
| **19** | Lanterna comum de no mínimo 2 pilhas médias | | | |  |  |
| **20** | Lona plástica impermeável 3x4 metros | | | |  |  |
| **21** | Pá | | | |  |  |
|  | **Legendas: C= Conforme NC= Não Conforme** | | | | | |
| **Observações/ Recomendações:** | | | | | | |
|  | | **Nome** | **Assinatura** | | | |
| Equipe Técnica COGIC | |  |  | | | |
| Motorista da empresa Contratada | |  |  | | | |
| Ajudante 1 | |  |  | | | |
| Ajudante 2 | |  |  | | | |

**Renata Lobo de Paula Barros**

Tecnologista em Saúde Pública – Mat. 1630765

Departamento de Gestão Ambiental | Fiocruz

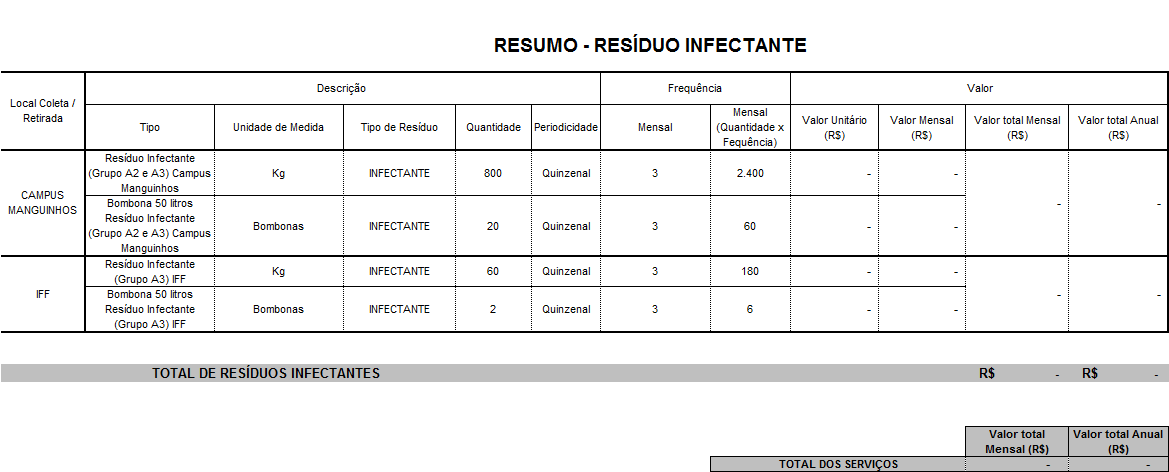
**Jorge de Oliveira Cariuz**

SIAPE nº 0463713

Assistente Técnico de Gestão e Saúde

Chefe do Departamento de Gestão Ambiental | Fiocruz

**ANEXO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**



|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Nº Processo |  |  |  |  |
|  | Objeto : |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **INFECTANTE\_MANGUINHOS\_CARCAÇA (Grupo A2 e A3)** | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **POSTO DE COLETA: CAMPUS MANGUINHOS** | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Frequência** | | **Estimativas** | | |
|  | **Periodicidade** | **Coleta Mensais** | **Bombonas por coleta** | **Bombona Mensal coletada (Unid)** | **Bombona Anual coletada (Unid)** |
|  | **Quinzenal** | **3** | **20** | **60** | **720** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Frequência** | | **Estimativas** | | |
|  | **Periodicidade** | **Coleta Mensais** | **Quantidade (kg)** | **Mensal coletada (Kg)** | **Anual coletada (Kg)** |
|  | **Quinzenal** | **3** | **800** | **2.400** | **28.800** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **CUSTOS DE BOMBONA** | | | | |
|  | **Item** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Total Anual** | |
|  | Bombona Nova |  | R$ - | R$ - | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **COMPOSIÇÃO DO CUSTO (KG)** | | | | |
|  | **Item** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Total Anual** | |
|  | Transporte |  | R$ - | R$ - | |
|  | Incineração |  | R$ - | R$ - | |
|  | Destinação Final Cinzas |  | R$ - | R$ - | |
|  |  | | | | |
|  |  | | | | |
|  | Valor por Kg | R$ - | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | **Valor Total por Kg Coletado Mensal** | **Valor da Bombona Mensal** | **Valor Total Mensal** | **Valor Total Anual** |
|  | **Preço Total** | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Nº Processo |  |  |  |  |
|  | Objeto : |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **INFECTANTE\_MANGUINHOS\_CARCAÇA (Grupo A3)** | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **POSTO DE COLETA: IFF** | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Frequência** | | **Estimativas** | | |
|  | **Periodicidade** | **Coleta Mensais** | **Bombonas por coleta** | **Bombona Mensal coletada (Unid)** | **Bombona Anual coletada (Unid)** |
|  | **Quinzenal** | **3** | **2** | **6** | **72** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Frequência** | | **Estimativas** | | |
|  | **Periodicidade** | **Coleta Mensais** | **Quantidade (kg)** | **Mensal coletada (Kg)** | **Anual coletada (Kg)** |
|  | **Quinzenal** | **3** | **60** | **180** | **2.160** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **CUSTOS DE BOMBONA** | | | | |
|  | **Item** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Total Anual** | |
|  | Bombona Nova |  | R$ - | R$ - | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **COMPOSIÇÃO DO CUSTO (KG)** | | | | |
|  | **Item** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Total Anual** | |
|  | Transporte |  | R$ - | R$ - | |
|  | Incineração |  | R$ - | R$ - | |
|  | Destinação Final Cinzas |  | R$ - | R$ - | |
|  |  | | | | |
|  |  | | | | |
|  | Valor por Kg | R$ - | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | **Valor Total por Kg Coletado Mensal** | **Valor da Bombona Mensal** | **Valor Total Mensal** | **Valor Total Anual** |
|  | **Preço Total** | R$ - | R$ - | R$ - | R$ - |

**ANEXO III – TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ E A EMPRESA ...................................................**

A União, por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz -FIOCRUZ, com sede na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sl. 11, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 21.040-900, Tel: +55 21 2209-2022 CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representado pelo Coordenador Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr. Roberto Pierre Chagnon, nomeado pela Portaria nº 175, de 24 de janeiro de 2018, publicada no *DOU* de 26 de janeiro de 2018, inscrito(a) no CPF nº ...................., portador(a) da Carteira de Identidade nº 06.525.254-6, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.100006/2019-18 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2019-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
   1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de tratamento térmico por incineração/cremação e destinação final de resíduos de serviço de saúde grupo A2 (peças anatômicas de animais) e A3 (peças anatômicas – membros do ser humano) através de fornecimento de embalagem, coleta externa e transporte externo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
   3. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM (SERVIÇO) | LOCAL DE EXECUÇÃO | QUANTIDADE | HORÁRIO/  PERÍODO | VALORES |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
      1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
      2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
      3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
      4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
      5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
      6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
      7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
      8. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
   2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
   1. O valor total da contratação é de R$.......... (.....)

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Fonte: 0615100000

Programa de Trabalho: 10122211520000033

Elemento de Despesa: 339039

* 1. No (s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017
2. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação dos Preços dos insumos utilizados para a prestação do serviço, mediante as comprovações dos preços e Índices. Oficiais correlatos, seguindo as orientações do capítulo V da subseção VI da IN 05/17.

* 1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R$ ............ (...............................), na modalidade de ............................, , observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação , observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
2. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
3. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
6. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
7. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS
   1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
8. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
   1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
9. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
   1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, .......... de.......................................... de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO IV**

|  |
| --- |
| **Proposta Pró-Forma** |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Emitida em: 21/01/2019 | | | |
| Documento: | **PR00001/2019-COGIC** | Processo: | **25389.100006/19-18** |
| Data da Licitação: | **//** | Hora da Licitação: | **:** |
| Proponente: |  | Telefone: |  |
| Endereço: |  | Fax: |  |
| Bairro: |  | Cidade: |  |
| UF: |  | CEP: |  |
| CNPJ/MF |  | Insc. Estadual: |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Banco: | Agência: | Conta Bancária: |

|  |
| --- |
| Inscrição no SIMPLES: [   ] SIM     [   ] NÃO |
| Validade da Proposta: |
| Prazo de Entrega: |

|  |
| --- |
| **ITENS** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Item 1** | |
| Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de tratamento térmico por incineração/cremação e destinação final de resíduos de serviço de saúde grupo A2 e A3 (peças anatômicas de animais) através de fornecimento de embalagem, coleta externa, transporte externo - **Unidade: serv.** - **Quantidade: 12**. | |
| Valor Unitário: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Marca/Procedência:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Valor Total: R$756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais ) | |
|  | |
|  | |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

|  |
| --- |
| Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020 Rio de Janeiro - RJ - Brasil |

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E / OU**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_ com sede (endereço completo), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome do Órgão/Empresa | Vigência do Contrato | Valor total do contrato |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Valor total dos Contratos R$ | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às instituições contratadas com a licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**ANEXO VI**

**ATESTADO DE VISTORIA**

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE nº 01/2019-COGIC da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz , que a licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, instalada no endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada tecnicamente e legalmente pelo profissional \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, documento de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, compareceu nesta data ao Campus FIOCRUZ/RJ e tomou conhecimento, em vistoria técnica, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data

(Assinatura, matrícula e identificação do Servidor da Fiocruz)

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e Data

(Assinatura e identificação do representante legal da licitante)

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante legal para a referida visita.

OBS 2: Os participantes que optarem por não realizar a Visita Técnica, deverão apresentar declaração assinada pelo seu representante legal de que possuem pleno conhecimento do objeto a ser contratado.

**ANEXO VII - TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Pelo presente Termo, a empresa \_\_\_\_\_\_ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos dos materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

1. A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS**,** sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;
2. A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos ás informações sigilosas a que tenham acesso.
3. A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.
4. A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.
5. A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

Razão Social, endereço e CNPJ da pessoa jurídica.

Assina o representante legal, preferencialmente o sócio gerente

**ANEXO VIII**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

|  |
| --- |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;  CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;  CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;  CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.  CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;  CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);  CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);  CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;  CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:  “8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”  RESOLVEM  Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:  Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:   1. – Serviços de limpeza;   b) – Serviços de conservação;  c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;  d) – Serviços de recepção;  e) – Serviços de copeiragem;  f) – Serviços de reprografia;  g) – Serviços de telefonia;  h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;  i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;  j) – Serviços de auxiliar de escritório;  k) – Serviços de auxiliar administrativo;  l) – Serviços de office boy (contínuo);  m) – Serviços de digitação;  n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;  o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;  p) – Serviços de ascensorista;  q) – Serviços de enfermagem; e  r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.  Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.  Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.  Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.  Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;  Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.  Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.  Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.  DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO  Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estreite) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).  Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.  Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.  DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA  Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.  DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE  Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.  Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.  Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.  Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.  Brasília, 05 de junho de 2003.  GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES  Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho  BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO  Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho  MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União  HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO  Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União  Testemunhas:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ GRIJALBO FERNANDES COUTINHO  Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PAULO SÉRGIO DOMINGUES  Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ REGINA BUTRUS  Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  do Trabalho – ANPT |